

UNIÃO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DO MÉDIO TOCANTINS/UNEST
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE PARAÍSO DO TOCANTINS/FCJP
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO / CPA

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANO DE 2019

ANO BASE: 2019

(Ciclo 2018-2020)

PARAÍSO DO TOCANTINS/TO

2020

Sumário

I. INTRODUÇÃO.....	4
DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	4
COMPOSIÇÃO DA CPA.....	4
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	5
II. METODOLOGIA	7
III. DESENVOLVIMENTO	8
IV. ANÁLISE DOS EIXOS	8
EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	8
<i>Indicador 1.1: Evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional</i>	9
<i>Indicador 1.2: Processo de autoavaliação institucional</i>	9
<i>Indicador 1.3: Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica</i>	9
<i>Indicador 1.4: Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados</i>	10
<i>Indicador 1.5: Relatório de autoavaliação</i>	10
EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	10
<i>Indicador 2.1: Missão, Objetivos, metas e valores institucionais</i>	10
<i>Indicador 2.2: PDI, planejamento didático-institucional e política de ensino de graduação e de pós graduação</i>	11
<i>Indicador 2.3: PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural</i>	11
<i>Indicador 2.4: PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial</i>	11
<i>Indicador 2.5: PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social</i>	12
<i>Indicador 2.6: PDI e Política institucional para a modalidade EaD</i>	12
<i>Indicador 2.7: Estudo para implantação de polos EaD</i>	12
EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS	12
<i>Indicador 3.1: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação</i>	12
<i>Indicador 3.2: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós graduação lato sensu</i>	12
<i>Indicador 3.3: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu</i>	13
<i>Indicador 3.4: Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural</i>	13
<i>Indicador 3.5: Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão</i>	13
<i>Indicador 3.6: Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente</i>	13
<i>Indicador 3.7: Política institucional de acompanhamento dos egressos</i>	14
<i>Indicador 3.8: Política institucional para internacionalização</i>	14
<i>Indicador 3.9: Comunicação da IES com a comunidade externa</i>	14
<i>Indicador 3.10: Comunicação da IES com a comunidade interna</i>	14
<i>Indicador 3.11: Política de atendimento aos discentes</i>	15

<i>Indicador 3.12: Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)</i>	<i>15</i>
EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO	15
<i>Indicador 4.1: Titulação do corpo docente</i>	<i>16</i>
<i>Indicador 4.2: Política de capacitação docente e formação continuada</i>	<i>16</i>
<i>Indicador 4.3: Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo</i>	<i>16</i>
<i>Indicador 4.4: Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância.....</i>	<i>16</i>
<i>Indicador 4.5: Processos de gestão institucional</i>	<i>17</i>
<i>Indicador 4.6: Sistema de controle de produção e distribuição de material didático.....</i>	<i>17</i>
<i>Indicador 4.7: Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional</i>	<i>17</i>
<i>Indicador 4.8: Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna</i>	<i>17</i>
EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	18
<i>Indicador 5.1: Instalações administrativas</i>	<i>18</i>
<i>Indicador 5.2: Salas de aula</i>	<i>18</i>
<i>Indicador 5.3: Auditório(s)</i>	<i>18</i>
<i>Indicador 5.4: Sala de professores</i>	<i>19</i>
<i>Indicador 5.5: Espaços para atendimento aos discentes</i>	<i>19</i>
<i>Indicador 5.6: Espaços de convivência e de alimentação</i>	<i>19</i>
<i>Indicador 5.7: Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.....</i>	<i>19</i>
<i>Indicador 5.8: Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA</i>	<i>19</i>
<i>Indicador 5.9: Biblioteca: infraestrutura</i>	<i>20</i>
<i>Indicador 5.10: Bibliotecas: plano de atualização do acervo.....</i>	<i>20</i>
<i>Indicador 5.11: Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente</i>	<i>20</i>
<i>Indicador 5.12: Instalações sanitárias</i>	<i>21</i>
<i>Indicador 5.13: Estruturas dos polos EAD</i>	<i>21</i>
<i>Indicador 5.14: Infraestrutura tecnológica</i>	<i>21</i>
<i>Indicador 5.15: Infraestrutura de execução e suporte.....</i>	<i>21</i>
<i>Indicador 5.16: Plano de expansão e atualização de equipamentos</i>	<i>21</i>
<i>Indicador 5.17: Recursos de tecnologias de informação e comunicação.....</i>	<i>21</i>
<i>Indicador 5.18: Ambiente Virtual de aprendizagem – AVA</i>	<i>21</i>
V. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	21
VI. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	22

I. INTRODUÇÃO

Dados da instituição

Dados da Mantenedora:

Mantenedora (1546): União Educacional de Ensino Superior do Médio Tocantins Ltda

CNPJ/MF: 04.952.766/0001-27

Natureza Jurídica: Instituição Privada com Fins Lucrativos

Dados da Mantida/Caracterização da Instituição:

Mantida (2702): Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins – FCJP

Endereço: Avenida Transbrasiliana, n. 2625, Setor Vila Milena, CEP: 77.600-000

Município: Paraíso do Tocantins UF: TO

Telefone: (63) 3361-1833

Organização Acadêmica: Faculdade

E-mail: direito@unest.edu.br

Diretora: Janaína Mendes de Sousa e Silva

Curso Ofertado/Ato Regulatório: Bacharelado em DIREITO

Reconhecimento de Curso: Portaria SESu/MEC Nº 58 de 02/02/2018

Publicação: 05/02/2018

Autorização de Curso: Portaria MEC Nº 4.544 de 28/12/2005

Publicação: 29/12/2005

A institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA) teve como referência os princípios norteadores da Instituição estabelecidos no Regimento Geral e ocorreu na forma do disposto no artigo 11, da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no artigo 7º, parágrafos 1º e 2º, Diretrizes I e II - MEC da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 - MEC.

Composição da CPA

A designação dos membros consta de Portaria que define a CPA como o órgão que tem a responsabilidade de coordenar a execução do processo de autoavaliação institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins - FCJP.

1. Representação Discente: Lucas Julião da Silva

2. Representação Docente: Silvana Lovera Silva
3. Representação Técnico-Administrativo: Damares Oliveira Santos Monteiro
4. Representação da Sociedade Civil Organizada: Elisa Aparecida Fernandes Rocha Silva
5. Coordenador indicado pelos integrantes da CPA: Damares Oliveira Santos Monteiro

Planejamento estratégico de autoavaliação

Com a edição da Lei no 10.861/2004, o Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes para as Políticas Educacionais, no que tange à avaliação, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), que tem a autoavaliação como componente essencial para subsidiar a avaliação externa das instituições de ensino superior.

Essa mudança resgatou a importância da autoavaliação e estabeleceu as bases para a implantação dessa cultura avaliativa no ambiente acadêmico, com a participação de todos os segmentos que a integram.

Em atendimento à legislação, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com as atribuições de condução dos processos de autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA, bem como a Direção da FCJP, entende a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizam o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela autoavaliação, com a participação de professores, alunos, pessoal técnico e administrativo e sociedade civil organizada.

A autoavaliação institucional é entendida prioritariamente como um ponto de partida para os ajustes necessários na FCJP. A CPA é um instrumento estruturante das possíveis abordagens dos problemas vivenciados no ambiente institucional. Por outro lado, ela sedimentará uma cultura de avaliação diagnóstica, onde são identificados os erros e os acertos com o objetivo de correção e melhoria.

Para a implantação do seu Projeto, a FCJP promoveu debate sobre a prática da autoavaliação contínua, coordenado pela sua CPA, com a finalidade de disseminar entre os docentes, discentes e os funcionários a metodologia adotada e os instrumentos utilizados, seus objetivos e os rumos do desenvolvimento de suas múltiplas atividades e consequências.

A trajetória de autoavaliação da FCJP está sendo construída de modo a ajustar-se a um modelo de resultados concretos que monitore os indicadores institucionais da qualidade dos serviços educacionais que presta a sociedade onde se insere, por meio de um processo

participativo, que é construído coletivamente tendo como principal foco o aperfeiçoamento de sua ação educativa.

A FCJP propõe-se, neste sentido, repensar a realidade institucional num processo sistêmico e participativo desencadeado internamente, que permita examinar criticamente suas estruturas, suas atividades de ensino e de extensão, bem como seu modelo de gestão, com vistas a identificar, compreender e equacionar alternativas para seu aperfeiçoamento acadêmico.

Portanto, fiel à sua atribuição de propor diretrizes para autoavaliação da FCJP, a CPA consolidou sua visão de avaliação com a construção do Projeto de Autoavaliação Institucional, também, em cumprimento a Lei 10.861, que instituiu o SINAES; tendo como base as disposições contidas na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004, e as Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação, editados pela CONAES.

A elaboração do Projeto de Autoavaliação compreendeu a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário contemplou os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.) e o planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, levou em conta as características da IES.

Durante toda a etapa de preparação da autoavaliação, a IES empenhou-se na sensibilização, que buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e outros meios de interlocução. Porém, a sensibilização tem caráter permanente, foi realizada nos momentos iniciais, na continuidade das ações avaliativas, e continuará a ser valorizada na FCJP, pois sempre haverá novos atores iniciando sua participação no processo, sejam estudantes, sejam membros do corpo docente, do corpo técnico-administrativo ou da sociedade civil.

Portanto, no desenvolvimento do processo de autoavaliação, a FCJP procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Nesta etapa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- (b) sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões;
- (c) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;

- (d) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- (e) definição de formato do relatório de autoavaliação;
- (f) implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações;
- (g) elaboração de relatórios;
- (h) organização e divulgação dos resultados.

O planejamento estratégico de autoavaliação ora apresentado refere-se ao ano de 2019, sendo este o segundo relatório parcial, conforme o instrumento de avaliação institucional externa vigente.

II. METODOLOGIA

Os instrumentos de avaliação interna foram desenvolvidos a partir da definição das variáveis e dos itens de controles da qualidade associados a cada uma das dez dimensões contidas no art. 3º, da Lei 10.861/04.

A definição dos instrumentos resultou dos trabalhos dos grupos constituídos por dimensão da avaliação institucional. A princípio, foram selecionados os seguintes instrumentos:

- (a) entrevistas com os dirigentes da IES e porcentagem representativa de professores, técnico-administrativos e discentes, seguindo-se as dez dimensões propostas;
- (b) questionários;
- (c) análise dos relatórios das avaliações externas realizadas pelo INEP/MEC;
- (d) análise dos resultados obtidos pela FCJP;
- (e) análise documental;
- (f) observação.

Foi realizada uma avaliação de contexto, a partir de levantamento de dados e tendências disponíveis na Diretoria, Coordenação de Curso, Secretaria Geral, Ouvidoria, Núcleo de Orientação Pedagógica e Educacional - NOPE, Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI, Coordenação de Extensão, Tesouraria e nos demais Órgãos de Apoio.

Inicialmente, se procedeu a coleta dos dados e informações necessárias ao trabalho. Obtidos os dados, estes foram cuidadosamente criticados, a procura de possíveis falhas e imperfeições, a fim de não se incorrer em erros grosseiros, que possam influir sensivelmente

nos resultados. Esta crítica interna visa à observação dos elementos originais dos dados da coleta.

O tratamento dos dados e informações consistiu no processamento destes dados obtidos e na sua disposição mediante critérios de classificação manual e/ou eletrônica.

Após a apresentação dos dados calculou-se as medidas típicas convenientes para se proceder à análise dos resultados obtidos e alcançar dessa análise os resultados que permitiram concluir e realizar previsões acerca dos itens avaliados. O relato das conclusões, de modo que sejam facilmente entendidas por quem as for usar na tomada de decisões, como todo o trabalho de autoavaliação foi de responsabilidade da CPA.

Os resultados da pesquisa institucional, realizada em 2019, encontram-se na FCJP. Por meio de sondagem, de coleta de dados e de recenseamento de opiniões, foi possível conhecer a realidade institucional, o corpo social, os recursos financeiros disponíveis, a qualidade da infraestrutura e as expectativas da comunidade sobre a FCJP e desta com a comunidade, para, através do Plano de ação, rever suas metas e seus objetivos com maior possibilidade de serem alcançados a curto, médio e longo prazo.

III. DESENVOLVIMENTO

A CPA, após uma análise crítica da atual etapa do processo de autoavaliação, desenvolvido de acordo com a proposta inserida no seu PDI, elaborou seu relatório de autoavaliação, como resultado da retomada do projeto de autoavaliação para reflexão e replanejamento das ações. Foi elaborado o relatório segundo relatório parcial para o ano de 2019, descrevendo as ações planejadas/realizadas, os resultados alcançados, destacando as fragilidades e as potencialidades.

IV. ANÁLISE DOS EIXOS

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

A avaliação interna da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins é um processo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre a própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. A CPA sistematiza informações, analisa coletivamente os significados das potencialidades, bem como pontos fracos, e

contribui com estratégias de superação de problemas.

A avaliação do curso de Direito na percepção dos discentes contou com o total de 242 respondentes. De um modo geral, a avaliação teve um predomínio de satisfeitos e moderados. A avaliação realizada pelos docentes contou com um total de 17 questionários respondidos e dos técnicos administrativos 13 questionários respondidos, nos quais houve uma porcentagem maior de satisfeitos e moderados. Todas as percepções apresentadas foram discutidas, esclarecidas e ações para melhorias foram sugeridas.

Indicador 1.1: Evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A FCJP vem norteando suas decisões seguindo como parâmetro os resultados das avaliações institucionais e do plano de melhorias, a fim de alcançar as evoluções almejadas pelos diversos segmentos.	Demanda tempo e investimento financeiro.

Indicador 1.2: Processo de autoavaliação institucional

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
O processo de autoavaliação institucional vem atendendo às necessidades institucionais, servindo como instrumento de gestão para a melhoria institucional e a comunidade acadêmica está consciente da importância da autoavaliação e estão cientes dos resultados que são disponibilizados no sistema acadêmico e via email .	Alcançar mais eficazmente a comunidade externa.

Indicador 1.3: Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

DIAGNÓSTICO

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A avaliação institucional da FCJP tem participação dos discentes, docentes, técnico-administrativo e comunidade externa. Na composição da CPA há um representante de cada um desses segmentos.	No ano de 2019 tivemos um novo membro da comunidade externa na composição da CPA e este muito tem apoiado nas ações da comissão. Mas ainda estamos um pouco distantes do objetivo almejado, que é ter um feedback mais amplo da comunidade externa.

Indicador 1.4: Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Os resultados das avaliações são publicados no sistema acadêmico, são impressos e enviados via email.	Fomentar a divulgação para a comunidade externa.

Indicador 1.5: Relatório de autoavaliação

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Os relatórios foram postados, em conformidade com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 65, sendo dois relatórios parciais e um relatório integral a cada ano do triênio.	-

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Indicador 2.1: Missão, Objetivos, metas e valores institucionais

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI e traduzem-se em ações institucionais internas e externas, por meio dos projetos	Faz-se necessário ampliar o número projetos de responsabilidade social.

de responsabilidade social.	
-----------------------------	--

Indicador 2.2: PDI, planejamento didático-institucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação.

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
O PDI sugere ações pautadas no estímulo à expansão do ensino, na melhoria dos indicadores educacionais, na modernização e informatização dos segmentos da Instituição, na reformulação do projeto curricular do curso de graduação, desenvolvimento de ações voltadas para a articulação entre ensino e extensão.	—

Indicador 2.3: PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Promoção de ações que integram temas envolvendo, especialmente, ao patrimônio cultural e artístico da região.	Há necessidade de implementar práticas de inovação tecnológicas.

Indicador 2.4: PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A Instituição deu um importante passo ao criar a Clínica de Direitos Humanos, ainda no ano de 2015, vinculando-o ao Núcleo de	Ainda continua sendo necessário a promoção de ações afirmativas de cunho étnico-racial.

Prática Jurídica (NPJ), com projetos de orientação ao público em geral.	
---	--

Indicador 2.5: PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
As parcerias que a Instituição se propôs a realizar foram feitas e foram amplamente divulgadas.	Necessidade de reafirmação dos convênios e promoção de novas práticas.

Indicador 2.6: PDI e Política institucional para a modalidade EaD

Não se aplica.

Indicador 2.7: Estudo para implantação de polos EaD

Não se aplica.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas**Indicador 3.1: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação**

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Políticas que reforçam a assistência e acompanhamento estudantil estão presentes na FCJP: programa de bolsa monitoria e nivelamento	-

Indicador 3.2: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós graduação lato sensu

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES

Há um projeto para implantação de cursos de pós-graduação lato sensu.	Indisponibilidade de recursos financeiros para execução do projeto.
---	---

Indicador 3.3: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu

Não se aplica.

Indicador 3.4: Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Aos docentes é concedido auxílio financeiro para participação em eventos; apoio à divulgação e publicação de trabalhos acadêmicos; oferta de cursos de formação e atualização pedagógica; disponibilização de bolsa de estudo para técnico administrativo.	-

Indicador 3.5: Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Articulação entre docentes e discentes na realização de eventos. Relação da teoria com o exercício profissional	A divulgação dos trabalhos acadêmicos dos discentes precisa ser expandida.

Indicador 3.6: Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
O número de projetos de extensão é crescente, dado que os docentes se	O número de projetos precisa ser ampliado.

mostraram empenhados em realizar atividades extraclasse com seus alunos, sendo que diversos projetos tiveram reflexos diretos junto à sociedade.	
--	--

Indicador 3.7: Política institucional de acompanhamento dos egressos

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Instituição preocupou-se em manter o vínculo, havendo contato com os egressos através do NOPE para acompanhamento por meio de questionário avaliativo da situação profissional do egresso.	Pouco interesse de alguns egressos manterem os seus dados atualizados e dar um <i>feedback</i> para a IES.

Indicador 3.8: Política institucional para internacionalização

Não de aplica.

Indicador 3.9: Comunicação da IES com a comunidade externa

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Destacam-se os seguintes dispositivos: rádio, outdoor, panfletos, site da instituição, redes sociais, bem como a ouvidoria.	Divulgar com maior periodicidade.

Indicador 3.10: Comunicação da IES com a comunidade interna

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Destacam-se as comunicações realizadas por intermédio de grupos de WhatsApp, editais, memorandos e demais documentos oficiais, em mural próprio e de localização estratégica, sendo que todas as	-

comunicações internas, além das publicações, são acompanhadas de avisos em sala de aula sobre o conteúdo divulgado	
--	--

Indicador 3.11: Política de atendimento aos discentes

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Destaca-se a orientação ao discente que apresenta problemas psicopedagógicos que afetam a sua aprendizagem através do Núcleo de Apoio Psicológico e Educacional – NOPE; nivelamento em português; Programa de Monitoria, que propicia ao acadêmico a oportunidade de desenvolver suas habilidades, sendo também uma forma de incentivo financeiro, pois o Monitor, que é selecionado através de avaliação escrita, receberá uma bolsa de 50% no período da vigência da sua monitoria.	-

Indicador 3.12: Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Há apoio à produção acadêmica discente.	As ações de estímulo não garantem apoio financeiro

Eixo 4: Políticas de Gestão

Indicador 4.1: Titulação do corpo docente

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Há um número expressivo de professores com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e em regime de trabalho de tempo integral e parcial.	-

Indicador 4.2: Política de capacitação docente e formação continuada

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A FCPJ implantou um Plano de Capacitação docente, com o objetivo de promover e sustentar o padrão de qualidade das funções de ensino, iniciação científica e extensão da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins.	-

Indicador 4.3: Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A instituição poderá conceder bolsa de estudo em seus cursos para o corpo técnico administrativo, sempre que possível e por mera liberalidade, sem prejuízo de suas remunerações, observada a jornada de trabalho, e desde que autorizada pela Mantenedora.	Houve apenas um encontro de capacitação no ano de 2019.

Indicador 4.4: Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

Não se aplica.

Indicador 4.5: Processos de gestão institucional

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A organização administrativa da instituição é de responsabilidade de seus órgãos, os quais se encontram descritos no documento intitulado Regimento Geral da FCJP. A Diretoria superintende, coordena e fiscaliza todas as atividades da Faculdade. Nota-se que há uma comunicação entre as instâncias na gestão administrativa da FCJP e todos os atos são publicados no mural da IES e no site institucional.	-

Indicador 4.6: Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

Não se aplica.

Indicador 4.7: Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A CPA entende como potencialidade, a sustentabilidade financeira da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) por estar baseada na programação orçamentária semestral, todos os projetos e programas previstos no PPI e PDI são considerados na organização do orçamento; O percentual de discentes que renovam as matrículas semestralmente tem estado em equilíbrio.	È necessário diminuir ainda mais o índice de inadimplência.

Indicador 4.8: Sustentabilidade financeira: participação da comunidade

interna

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A proposta orçamentária anual da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins é única e unificada; norteia-se pelos resultados das avaliações institucionais e PDI, cabendo à Diretoria a administração dos recursos liberados pela Mantenedora. Há observância do Plano de Melhorias realizado por esta comissão.	Melhorar a participação das instancias acadêmicas.

Eixo 5: Infraestrutura Física**Indicador 5.1: Instalações administrativas**

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, no que tange à adequação para as atividades, guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica e manutenção patrimonial.	-

Indicador 5.2: Salas de aula

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
As salas de aula possuem um bom espaço com climatização e boa iluminação.	Algumas salas de aula possuem carteiras avaliadas como desconfortáveis pelos acadêmicos. A substituição das carteiras está sendo realizada gradualmente. O piso não passou por tratamento e por consequência tem aparência ruim

Indicador 5.3: Auditório(s)

DIAGNÓSTICO

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Há projeto para construção de um auditório no espaço interno da FCJP.	Depende de disponibilidade de recursos financeiros.

Indicador 5.4: Sala de professores

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Ambiente climatizado, com computadores e impressora, que permite convivência entre os docentes.	Ambiente localizado em espaço que não permite que os docentes tenham privacidade.

Indicador 5.5: Espaços para atendimento aos discentes

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Os espaços para atendimento aos discentes, inclusive com acessibilidade, atendem em boa parte, às necessidades institucionais.	-

Indicador 5.6: Espaços de convivência e de alimentação

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Os espaços possuem boa higienização; são acessíveis e seguros.	Os espaços de convivência e alimentação são pequenos, não atendendo adequadamente a quantidade de alunos.

Indicador 5.7: Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Espaços climatizados e bem iluminados e seguros, atendem à demanda institucional	Ausência de auditório para palestras

Indicador 5.8: Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

DIAGNÓSTICO

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A CPA possui sala para reunião e arquivo das documentações. É disponibilizado para a CPA acesso ao sistema acadêmico, onde é realizada a avaliação institucional, bem como a coleta e publicação dos dados obtidos.	-

Indicador 5.9: Biblioteca: infraestrutura

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Espaço climatizado, bem iluminado, com computadores e sala individual para estudo. O espaço foi reorganizando para garantir uma boa acessibilidade.	-

Indicador 5.10: Bibliotecas: plano de atualização do acervo

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A instituição continua oferecendo o suporte bibliográfico através da plataforma Minha Biblioteca, que oferece uma infinidade de obras atualizadas à disposição de todos os acadêmicos.	-

Indicador 5.11: Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Espaço climatizado e bem iluminado, possuindo várias máquinas para uso acadêmico. A manutenção das máquinas está sendo realizada com melhor periodicidade.	-

Indicador 5.12: Instalações sanitárias

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
São bem higiênicos, seguros e atende às necessidades institucionais inclusive no quesito acessibilidade.	Não existem banheiros com fraldários.

Indicador 5.13: Estruturas dos polos EAD

Não se aplica.

Indicador 5.14: Infraestrutura tecnológica

Não se aplica.

Indicador 5.15: Infraestrutura de execução e suporte

Não se aplica.

Indicador 5.16: Plano de expansão e atualização de equipamentos

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
A FCJP vem cumprindo a meta estipulada para aquisição e atualização dos equipamentos, conforme expresso no PDI.	-

Indicador 5.17: Recursos de tecnologias de informação e comunicação

DIAGNÓSTICO	
POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
Os recursos tecnológicos de informação e comunicação viabilizam as ações acadêmico-administrativas institucionais, permitindo um bom uso desses meios.	A internet disponibilizada para os acadêmicos ainda precisa passar por melhorias.

Indicador 5.18: Ambiente Virtual de aprendizagem – AVA

Não se aplica.

V. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

O presente relatório de autoavaliação referente ao ano de 2019 expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. A CPA incorporou resultados da avaliação de Curso e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, o relatório apresenta sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

A divulgação, como continuidade do processo de autoavaliação, oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos) e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

Ao final do processo de autoavaliação foi realizada uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permite planejar ações futuras. O balanço crítico permite a revisão e o planejamento das atividades para a continuidade do processo de autoavaliação SINAES.

VI. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Considerando a análise dos dados, sugerem-se as seguintes ações à instituição:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

- Fazer com que a comunidade externa participe efetivamente da autoavaliação institucional.

Eixo 2– Desenvolvimento Institucional

- Promover a abertura de cursos de pós-graduação;
- Executar ações afirmativas de cunho étnico-racial;
- Divulgação mais intensa para a comunidade interna e externa das ações de responsabilidade social efetivadas pela instituição.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

- Tornar mais eficaz o acompanhamento dos egressos;

- Fomentar mais ações voltadas para a articulação entre o ensino e a extensão.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

- Criar um novo plano de capacitação dos técnico-administrativos;

Eixo 5 – Infraestrutura Física

- Proporcionar uma sala mais reservada para os docentes;
- Criar um espaço de convivência para os acadêmicos.

A Comissão Própria de Avaliação foi responsável pela sistematização das informações da autoavaliação. Para tanto, utilizou-se o sistema eletrônico SEI para implementar os questionários de avaliação e disponibilizar no perfil eletrônico de todos os agentes avaliativos. O resultado foi eficaz, pois o sistema eletrônico, na medida em que todos os avaliadores marcavam ou escreviam suas respostas, gera automaticamente os gráficos estatísticos. Ainda, a CPA contou com o apoio de setores que mantêm banco de dados e registros permanentes, como a Secretaria e a Ouvidoria. Os membros da CPA contaram, permanentemente, com a participação dos demais setores da IES e da Direção na organização dos trabalhos e na discussão e aprovação deste documento anexado ao e-MEC.

A participação da CPA, inclusive com a significativa presença dos representantes da comunidade acadêmica, foi altamente significativa em todas as fases do processo desde o momento da sua instalação. Relembremos essas fases:

Fase de sensibilização da comunidade acadêmica, que conseguiu o envolvimento da comunidade na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa por meio de palestras, reuniões, banner's e publicações. Esta sensibilização também esteve presente, tanto nos momentos iniciais do processo como nas demais fases do processo avaliativo, incluindo nesta, a análise, discussão e interpretação.

Nas fases de desenvolvimento do processo, na coleta e análise das informações e interpretação de resultados e na elaboração deste relatório parcial de autoavaliação a participação dos sujeitos (direção, coordenação, professores, alunos e funcionários técnicos administrativos contribuíram muito com os trabalhos). Nesse sentido, a organização dos relatórios parciais de cada dimensão se mostrou eficiente porque abriu espaço para a participação do vários setores da FCJP, como permitiu a análise cuidadosa de dados e documentos, de relatórios setoriais, bem como a elaboração de conclusões e sínteses de forma didática. Tudo isso ofereceu oportunidades, aos participantes, de um aprendizado significativo sobre os procedimentos da avaliação e sobre a própria FCJP.

Com relação à fase da avaliação externa, definida no SINAES e realizada pelas equipes do INEP, é importante ressaltar a disposição da CPA para realizar, de forma coletiva e dialógica, essa fase. Ressaltamos que este Relatório atende às orientações do CONAES, que indica que este deve estar voltado para as análises, interpretações e conclusões.

A CPA está ciente de que a avaliação deve possibilitar a elaboração de propostas para as políticas de desenvolvimento institucional, e oferecer subsídios para o planejamento estratégico e setoriais e para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso colabora com as seguintes tarefas:

- Divulgar os resultados de forma transparente procurando gerar "através da autoconsciência valorativa, a capacidade da FCJP planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social".
- Elaborar balanços críticos que proporcionem autoconhecimento da FCJP e se caracterizem como balizadores da avaliação externa, prevista no SINAES.
- Continuar o processo, incentivando para a avaliação dos planos de gestão e para inclusão e incorporação das recomendações e sugestões nos planejamentos setoriais.

Os resultados das avaliações serão acumulados a fim de fornecer estudos comparativos. Nesse sentido, se compromete a preservar documentos e manter a memória deste processo de avaliação.

Com base nas análises periódicas são apresentadas recomendações, visando à formulação de estratégias pertinentes ao Projeto Pedagógico da Instituição, à melhoria da qualidade do ensino à consolidação de sua missão, das suas finalidades, de seus objetivos e compromissos sociais.

A CPA espera, também, que este relatório contribua com as estratégias utilizadas na análise e interpretação de resultados e na elaboração de indicadores, categorias e conceitos com o enriquecimento e consolidação das políticas de avaliação institucional propostas pela legislação (SINAES, CONAES, INEP) e com aprofundamentos dos conhecimentos desenvolvidos na literatura especializada.

Os indicadores aqui apontados permitem oferecer uma visão institucional e contribuem para a realização de balanços comparativos. Dessa forma, o MEC de posse de outros indicadores, índices e estatísticas oficiais sobre o ensino superior, na região, no Estado e no País poderá ter uma compreensão orgânica, para gerar suas políticas para o setor, visando cumprir as metas propostas nos diversos planos da educação. Entretanto, a CPA entende que o principal resultado deste processo de autoconhecimento da FCJP, deve

voltar-se prioritariamente para o desenvolvimento da cultura de mudança, de atualização contínua e de aperfeiçoamento de estratégias, visando à melhoria da qualidade do ensino, a otimização do desempenho institucional e a efetivação responsável dos compromissos com a sociedade, de acordo com a sua missão, as finalidades e objetivos gerais expostos nos seus documentos oficiais e interiorizados nas suas práticas.

Observou-se acerca dos eixos/dimensões no ano de 2019:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional – apresentou avanço no desenvolvimento dos trabalhos da CPA, com a comunidade acadêmica participando efetivamente do processo avaliativo e sendo conhecedores dos resultados dessas avaliações. É notório por parte de todos os segmentos internos, que as demandas trazidas através da avaliação são avaliadas, planejadas e sanadas.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional – As temáticas envolvendo o patrimônio cultural e artístico da região foi, por mais um ano, aprimorado com a participação da FCJP no evento do aniversário da cidade de Paraíso do Tocantins, considerado parte cultural da sociedade paraense, bem como criando/executando a segunda edição do projeto de extensão nomeado de JUNET, onde a festa sertaneja, também culturalmente comemorada em nossa região, fosse exaltada. Observa-se, então, que as atividades de extensão relacionadas à cultura continuam ganhando expressividade. A Clínica de Direitos Humanos associada ao Núcleo de Prática Jurídica contribuiu para a implementação de atividades externas, especialmente com palestras de orientação jurídica. No ano de 2019 também aconteceu a semana de iniciação científica, onde os discentes, juntamente com um professor orientador, escreveram artigos no formato banner para submissão à banca avaliadora. O evento foi um sucesso, com participação de grande parte dos discentes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas – a semana interdisciplinar acontece com palestra destinada a comunidade acadêmica e externa. É um projeto contínuo que tem recebido atenção especial da CPA. O levantamento de dados realizado pela CPA, por meio do questionário aplicado, demonstra que 63.32% dos discentes respondentes da autoavaliação institucional 2019 participaram de eventos externos.

Os docentes foram motivados a produção de artigos científicos, continua existindo contribuições financeiras da IES para com a publicação de artigos científicos produzidos pelos docentes. Quanto aos discentes, através de convênios firmados com entidades públicas e o setor privado, os alunos têm oportunidade de estagiar. A CPA continua acompanhando o projeto para implantação da pós-graduação *lato sensu*. O NOPE desenvolveu atividades para

acompanhamento da permanência do discente na instituição, ação considerada exitosa. A ouvidoria atuou como um canal aberto para as demandas da comunidade acadêmica e externa, os relatórios de emissão deste setor foram analisados pela CPA e demonstram evolução na contribuição para com o processo educacional.

Eixo 4 – Políticas de Gestão – a realização dos encontros pedagógicos com abordagem de nova metodologia, refletiram positivamente no ensino-aprendizagem. Houve capacitação para o corpo técnico administrativo. Observa-se que integração entre os setores da instituição só melhora, conquista alcançada através de reuniões periódicas. A destinação de recursos para os programas e atividades de extensão foram considerados suficientes e continuamos com uma participação efetiva de discentes e docentes na elaboração e participação de tais projetos.

Eixo 5 – Infraestrutura física – a política de manutenção dos equipamentos eletrônicos da instituição foi fortalecida. A IES se tem um cuidado especial com a acessibilidade, reavaliando periodicamente os espaços da sua estrutura.

Finalmente, espera-se que este processo de autoavaliação proporcione não só o autoconhecimento institucional, mas também, apresente com responsabilidade, ética e compromisso político, os resultados e indicadores que sejam balizadores da avaliação externa, prevista no SINAES.

Paraíso do Tocantins, 05 de março de 2020.

Lucas Julião da Silva
Representação Discente

Silvana Lovera Silva
Representação Docente

Elisa Aparecida Fernandes Rocha Silva
Representação da Sociedade Civil Organizada

Damare Oliveira Santos Monteiro
Representação Técnico-Administrativo